

Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?

Gender and family: the brazilian woman head of family. Who is this woman?

¹ Renan Gomes de Moura renangmoura@gmail.com

² Paloma de Lavor Lopes

² Regina Coeli da Silveira

¹ Universidade do Grande Rio, UNIGRANRIO.

² Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB); Faculdade Sul Fluminense (FaSF).

Resumo

A mulher tem sido responsável pela quebra de paradigmas sobre a inserção feminina no mundo do trabalho e de seus reflexos na sociedade. Sendo assim, o presente artigo visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Qual o perfil das mulheres chefes de família?* Para responder à pergunta proposta teve-se como objetivo geral analisar o processo de construção do papel da mulher na família e na sociedade contemporânea como chefe de família. Os dados utilizados para análise no presente artigo são de origem secundária e foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em específico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Evidencia-se, ainda, que essa é uma pesquisa documental, tendo em vista que os dados coletados não possuíam nenhum tratamento analítico. De forma sucinta, podemos dizer que a mulher chefe de família, hoje, possui algumas características peculiares. Em sua maioria, são pardas ou brancas, possuem poucos filhos, estão em regime de emprego formal, enfrentam jornada de trabalho dupla, ou seja, além da função exercida no trabalho, têm ainda que realizar as tarefas domésticas. Ressalta-se ainda que muitas mulheres, incluindo as chefes de famílias, encontram-se em trabalho precário.

Abstract

The woman has been responsible for breaking paradigms on the female insertion in the world of work and their reflections on society. Therefore, this article aims to answer the following research question: what is the profile of women heads of family. To answer the question proposed had as general objective to analyze the process of construction of the role of women in the family and in contemporary society as head of household. The data used for the analysis in this article are of secondary origin and were collected on the website of the Brazilian Institute of geography and statistics, specific National research for sample of Domiciles (PNAD). Shows that this is a desk research, since the data collected do not possessed any analytic treatment. Briefly we can say that the woman head of household today has some peculiar characteristics. Most are brown or white, have few children, are in formal employment, faces, double working day, that is, besides the function exercised at work, they still have to perform domestic tasks. He points out that many women, including the heads of families, is in precarious work.

Palavras-chave

Família; gênero; mulher; PNAD.

Keywords

Family, gender, woman, PNAD

Como você deve citar?

MOURA, Renan Gomes de; LOPES, Paloma de Lavor; SILVEIRA, Regina Coeli da. Gênero e família: a mulher brasileira chefe de família. Que mulher é esta?. **Cadernos UniFOA**, Volta Redonda, n. 32, p. 55-66, dez. 2016.

1 INTRODUÇÃO

A mulher tem sido responsável pela quebra de paradigmas sobre a inserção feminina no mundo do trabalho e de seus reflexos na sociedade. As transformações existentes na família mostram a diversidade em diferentes aspectos, tais como: formação, número de membros, organização, renda, o que confirma a plasticidade e pluralidade na organização dos grupos domésticos (BILAC, 1996; SARTI, 2011). O grupo de mulheres chefe de família tem aumentando a cada ano. Segundo o IBGE (2010), quando os cônjuges vivem juntos com os filhos, as mulheres são consideradas responsáveis em 22,7% das residências e, quando apenas um dos pais vive com os dependentes, as mulheres passam a responder por 87,4% dos lares.

O espetacular aumento da atividade feminina foi acompanhado da estagnação e declínio do emprego masculino. Elas vivenciam mais do que qualquer outra classe o trabalho precarizado (STANDING, 2013; NOGUEIRA, 2004), "[...]trata-se de uma mudança profunda no equilíbrio do poder econômico, uma inversão de papéis marcante, que não foi planejada e mal foi percebida" (MUNDY, 2013). Juntamente com o crescimento frequente da presença feminina na esfera do trabalho, esse fato trouxe à tona uma situação cada vez mais constante na atualidade que é a mudança de gênero na manutenção da família (MENDES, 2002). Ressalta-se que "a família é uma instituição social e historicamente situada, sujeita a mudanças de acordo com as diferentes relações estabelecidas entre os homens" (ARANHA, 1996, p.58). Assim o presente artigo visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Qual o perfil das mulheres chefes de família?*

Para isso, o presente artigo possui como objetivo geral analisar o processo da construção do papel da mulher na família e na sociedade contemporânea como chefe de família. Como objetivos intermediários, pretende-se evidenciar o papel da mulher em um período histórico-sociocultural e verificar como é a mulher contemporânea chefe de família.

2 METODOLOGIA

Os dados utilizados para análise no presente artigo são de origem secundária e foram coletados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em específico, no de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ressalta-se que as fontes secundárias possibilitam a resolução de problemas já conhecidos, como também explorar outras áreas em que os problemas ainda não se cristalizaram suficientemente (LAKATOS; MARCONI, 2000).

Evidencia-se, ainda, que essa é uma pesquisa documental, tendo em vista que os dados coletados não possuíram nenhum tratamento analítico. Neste trabalho, adotou o conceito de documento estipulado por Phillips (1974, p. 187), que relata que documentos são "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano". Os dados selecionados compreendem o período de 2004 a 2013, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Anualmente, a PNAD obtém informações sobre características socio-demográficas, educacionais, de trabalho, entre outras.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do presente trabalho está dividido em duas partes: a primeira abarca questões históricas sobre os papéis sociais e culturais exercido pelas mulheres e a segunda mostra o papel da mulher contemporânea como chefe de família.

3.1 Os diversos papéis sociais exercidos pela mulher em um contexto histórico

A história das mulheres, durante séculos, foi analisada a partir do seu papel social. Enfocar as tensões e contradições das diversas épocas e a sociedade em que estão inseridas mostra como o domínio masculino foi marcante nas representações sociais da mulher, que tinha seu papel definido como mãe e esposa, destinada apenas aos espaços privados. Podemos perceber como o modelo patriarcal se estrutura e permanece até os dias atuais.

Os homens procuravam meios e modos de dominar essa fonte original de terror e de ansiedade e a solução encontrada foi criar rígidos mecanismos de controle ideológico que trouxessem o feminino domesticado e, a partir desses fatos, foram criados valores que levaram as mulheres a internalizarem que: a mulher é menos inteligente que o homem; é infiel; frágil fisicamente; incapaz de exercer tarefas próprias dos homens; porém possui habilidades específicas como bordar, tecer, costurar e cuidar da casa; é medrosa, supersticiosa, emotiva, apaixonada; depende do homem; tem no casamento e na família a sua única razão de ser; sua maior realização é a maternidade, entre outras idéias que foram convencionadas à condição da mulher, tornando-a manipulável e dependente da figura masculina (LEAL, 2004, p. 9-13).

Segundo Louro (2008), na virada do século, muitos movimentos significativos se voltaram para a educação da mulher, visando acompanhar as mudanças culturais da sociedade, onde a mulher assumia seu papel social de educadora dos filhos e de elevar o prestígio social do marido. Por isso, deveriam ser educadas, surgindo a preocupação com sua educação.

Além de manter a sua formação cristã, novas disciplinas foram introduzidas no currículo como, por exemplo, a ligação com as obrigações femininas, decorrendo, então, a importância de estudar puericultura, economia doméstica, psicologia. Para lecionar essas disciplinas, seriam necessárias professoras com moral elevada para reger as turmas, ou seja, senhoras honestas aptas a esse trabalho. Nesse momento, há um abandono por parte dos homens da função do magistério, dando "origem a uma feminização do magistério" (LOURO, 2008, p.449).

Nos anos 50, no Brasil, conhecido como os Anos Dourados, as ideias antigas permaneceram, apesar de modificarem os moldes que se adaptaram à sociedade vigente. A premissa seria sempre que as mulheres nasceram para serem donas de casa, esposas, mães. Diante desse fato, todos os esforços foram feitos no sentido de que os conceitos antigos fossem inalterados, mesmo com os adventos de industrialização e crescimento urbano, que gerou um aumento das possibilidades educacionais para homens e mulheres. O aumento do lazer e consumo interferiram diretamente nas relações sociais e familiares. Porém, Louro mostra que, apesar das modificações, alguns valores permanecem através dos tempos.

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o "chefe da casa" [...]. Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – ocupações domésticas e o cuidado dos filhos e do marido – e das características próprias da *feminilidade*, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional. (LOURO, 2008, p.608-609).

Nas revistas da época, a diferença sexual era tratada de forma explícita e de diversas formas. Os artigos voltados para o público feminino mostravam a diferença entre os homens e mulheres na sociedade e buscavam gravar nas mulheres o modelo a ser seguido, aceitando o seu papel sem questionar e mostrando quais comportamentos eram ideais para as moças de família.

[...] imagens femininas e masculinas, o modelo de família – branca, de classe média, nuclear, hierárquica, com papéis definidos – regras de comportamentos e opiniões sobre sexualidade, casamento, juventude, trabalho feminino e felicidade conjugal. Essas imagens, mais do que refletir um aparente consenso social sobre a moral e os bons costumes, promoviam os valores da classe, raça e gênero dominante da sua época.[...](LOURO, 2008, p.609).

Essas imagens, mantidas desde o século XIX, estão enraizadas na representação da cultura tradicional sobre o papel da mulher. Sobre isso, Thompson registra que “as práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral” (THOMPSON, 1998, p.19). Percebe-se assim, que as tradições são muito fortes dentro desse período e nessa sociedade. E mesmo com os avanços sociais, perpetua-se os costumes que não são escritos, mas que foram perpetuados através da tradição oral. Dessa forma, a imprensa ganha destaque na manutenção das tradições necessárias e essenciais para manter a ordem e os valores morais que as mulheres deveriam ter.

Nesse período, aumenta os níveis de escolaridade da mulher e sua participação no mercado de trabalho, devido à ampliação das possibilidades profissionais para o sexo feminino. Segundo Louro, “não era fácil encontrar esposas de classe média trabalhando fora de casa a não ser por necessidades econômicas – situação que, de certa forma, poderia chegar a envergonhar o marido” (LOURO, 2008, p.625), sendo a profissão de professora a mais popular entre as mulheres, desde o século XVIII.

Na política, a partir dos anos 80, havia uma preocupação em melhorar as condições de vida, estimular os vários setores a se unirem para a redemocratização da sociedade. Mulheres trabalhadoras se unem em diferentes grupos, buscando a garantia de seus direitos no mundo do trabalho. Daí faz-se necessário repensar a divisão sexual do trabalho. (GIULANI, 2009, p. 645). Para as mulheres que até então estavam presas ao domínio doméstico, sua inserção vem com muitas queixas sobre discriminação e segregação sexual. Mas algumas mulheres formam grupos de mobilização e conseguem aos poucos penetrar e ocupar espaços tradicionalmente masculinos.

3.2 O Papel da mulher na sociedade contemporânea como chefe de família

Após ter compreendido de forma sucinta os diferentes papéis ocupados pela mulher na sociedade, será abordado, nesta seção, a família monoparental feminina. Entende-se como família monoparental feminina aquela em que “o grupo familiar é composto pela mulher mãe e seus filhos menores de 25 anos e solteiros. Nesse arranjo familiar, geralmente, é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família” (BRITO, 2008, p.1). Considera-se que as famílias monoparentais femininas não são um fenômeno contemporâneo. “Estudos demográficos, no Brasil colonial, nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea (DEL PRIORE, 1994, p.69).

Compreende-se que, na análise da vida familiar (as principais funções sendo econômica, sexual, reprodutiva e educativa), todos os tipos de comportamento, incluído o de gênero, foram vinculados ao modelo da família nuclear. Também, na visão funcionalista e tradicional, está atrelado à divisão de papéis entre marido e mulher (o homem como provedor e a mulher como cuidadora), sendo considerado o mais adequado à industrialização em grande escala (MORGAN, 1975). Destaca-se que o modelo de família e os papéis atribuídos socialmente a homens e mulheres, tanto no âmbito familiar como social, estão sendo questionados e revistos (FEITOSA, 2008).

Ao falar do papel da mulher contemporânea, não podemos imaginar um modelo tradicional de família, arraigado em costumes e tradições, no qual o poder estava centralizado na figura paterna. Sendo assim, torna-se essencial entender que o termo família não pode mais estar vinculado à homogeneidade entre todas as camadas sociais.

Através do que foi exposto anteriormente, percebe-se que a mulher veio atuando em diversos papéis na sociedade, principalmente no mundo do trabalho, no qual as mulheres vieram com o tempo, ocupando cada vez mais espaço. Após a globalização, o mercado de trabalho foi ocupado por uma proporção bem maior de mulheres, comparando ao passado, sendo constante, em todos os empregos a contratação de mulheres, pois essa era a tendência global para a feminização do trabalho (STANDING, 2013). Segundo Bauman (2003), a vida urbana e a individualização das relações na contemporaneidade impõem novos contornos e obstáculos ao contexto de coesão ou solidariedade que prevalecia nas relações familiares e de vizinhança.

Ainda na atualidade, a reestruturação produtiva tem provocado aumento significativo do trabalho feminino, expressão da articulação entre as relações de gênero e de classe, possibilitando que 40% ou mais da força de trabalho seja composta de mulheres em diversos países capitalistas ocidentais. Infere-se que a combinação entre a estagnação do emprego masculino e a exploração do trabalho feminino, a mulher passou, de forma gradativa a ser a provedora dos lares. Cardozo e Peretti (2010) relatam que a substituição da família patriarcal pela família nuclear aconteceu devido à exploração da força de trabalho feminina, quando, através de seu assalariamento, aconteceu uma maior "independência" em relação ao marido. Nesse contexto a família nuclear apresenta novas características em sua organização (RIBEIRO, MARIANO, LOPES, 2014).

Nota-se que na estrutura familiar a mulher veio acumulando diversos papéis sociais. Na atualidade, ela ocupa o papel de mãe – a que cuida e educa – e de chefe de família, ou seja, é a responsável por prover o sustento. Embora os estudos de mulheres como chefes de famílias sejam recentes, esse não é um fato tão novo no Brasil. As famílias chefiadas por mulheres já existiam desde o século XX, o que ocorria devido ao abandono dos lares pelos homens, que saíam de casa em busca de melhores empregos por conta da grande urbanização ocorrida nesse século (PACHECO, 2005), ao qual a proporção de famílias chefiadas por mulheres, nesse período, chegou à cerca de 40% do total das famílias (FONSECA, 2000).

Para compreender, hoje, o conceito de mulher chefe de família é necessário primeiro evidenciar que o termo chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas, designando a um único membro, normalmente o homem mais velho, o poder sobre os demais (CARVALHO, 1998 *apud* PACHECO, 2005). Segundo Carvalho (1998 *apud* PACHECO, 2005), existem dois principais pressupostos para esse conceito. O primeiro é que esposas, filhas e mães são dependentes econômicas do provedor masculino e o segundo é a existência de um núcleo conjugal como a base do domicílio". A partir do conceito exposto, pode-se dizer que esse talvez seja o motivo pelo qual muitos só consideram a chefia familiar feminina em famílias monoparentais, ou seja, aquela liderada por mulheres sozinhas, cujo marido tenha abandonado o lar. Paixão enfatiza ainda que

todas as mulheres são trabalhadoras, remuneradas ou não a depender do espaço onde está situada: doméstico ou extra domiciliar, mas este grupo diferencia-se pelo fato de que quase todas elas, o ganho obtido constitui a fonte principal de suas famílias. Nas camadas populares em que a complementaridade nos papéis: homem provedor, autoridade responsável pela unidade do grupo, gestora dos recursos valorizados nos grupos de camadas populares (PAIXÃO, 2005, p. 5).

Para Pacheco (2005, p.67), a chefia domiciliar/familiar feminina, pode ser classificada em três categorias básicas, sendo elas: as que são constituídas pelas ausências dos cônjuges; aquelas em que a mulher é a responsável pela manutenção do lar, porém há a presença do marido e; aquelas em que se definem pela manutenção junto com a ausência masculina do cônjuge. No que tange à chefia familiar, quando uma família é constituída por um núcleo básico (marido, esposa, filhos) ou uma extensão dele (marido, esposa, filhos e outros parentes), é comum as pessoas da família elegerem o homem como chefe da família (CARVALHO, 1998 *apud* PACHECO, 2005), independentemente do fato de ser ele efetivamente o principal responsável pela manutenção econômica do lar, embora a função de provedora

do lar assumida pelas mulheres não se configure como obstáculo para elas, pois, já têm o hábito de trabalhar fora de casa. Contudo, segundo a autora, uma dificuldade encontrada pelas mulheres refere-se à manutenção autoridade atribuída à presença masculina (SARTI, 2011).

Evidencia-se, ainda, que à mulher cabe, além do seu trabalho fora de casa, a incumbência da execução do papel de mãe, esposa e dona de casa. Dessa forma, conforme aponta Oliveira (1999, p. 35), “está colocado a dupla jornada de trabalho, ou melhor, a jornada extensiva de trabalho, que começa em casa, passa pelo mundo do trabalho e vai terminar novamente em casa”. Embora as mulheres venham, cada vez mais, assumindo o papel de chefes de família, o sexo ainda parece ser mais determinante que qualquer outra situação para que uma mulher seja considerada responsável pela família. Infere-se que esse novo papel social da mulher não é recente na realidade das mulheres brasileiras, pois, em um contexto histórico, muitas mulheres já exerciam esse papel.

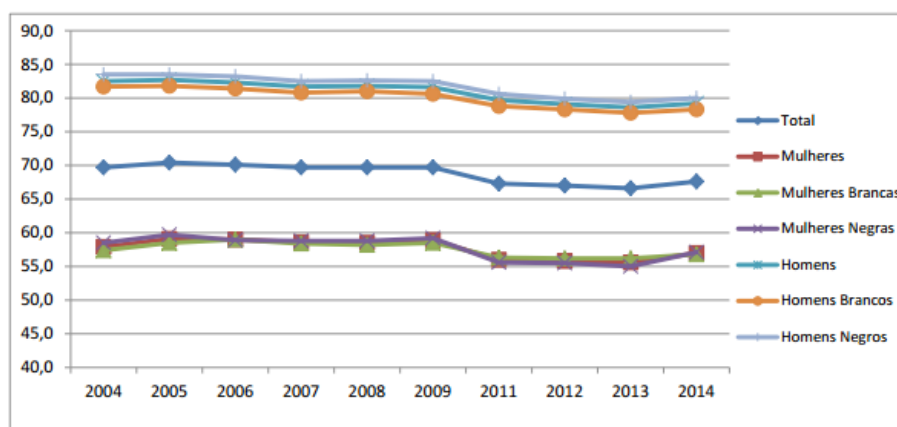
4 ANÁLISE DOS DADOS

Após construirmos o papel da mulher na família dessa sociedade contemporânea, sendo aquela que vem exercendo diversos papéis na sociedade, passa a ser necessário compreender qual é o perfil dessa nova mulher.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2013, 6,9% da população brasileira eram crianças entre 0 e 4 anos do sexo masculino, contra 6,2% do sexo feminino na mesma idade. A pesquisa indica também que as mulheres representam, hoje, a maior parte das pessoas de 60 anos ou mais: são 14,1% (14,6 milhões de indivíduos), contra 11,9% dos homens (11,7 milhões) nesta faixa etária.

Essa nova mulher também possui maior escolarização. De um total de 173,1 milhões de pessoas com mais de 10 anos de idade, 9 milhões de mulheres possuem mais de 15 anos de instrução, contra 6,5 milhões de homens. Dito isso, destaca-se que o alto nível de escolarização da mulher vem tornando-se crescente, corroborando, assim, com as ideias de Louro (2008).

Gráfico 1 - Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça.



Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

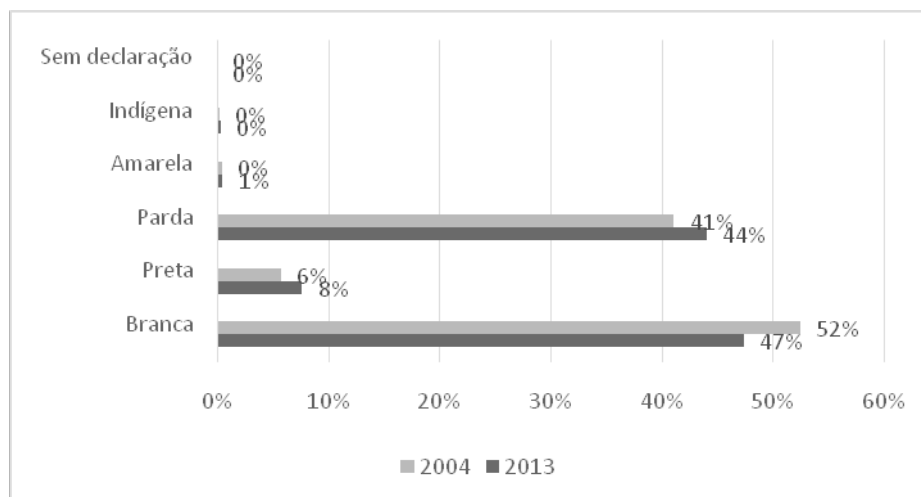
Através do gráfico 1, percebe-se a crescente feminização do trabalho, fenômeno esse já demonstrado por Standing (2013) e Nogueira (2004). Sendo assim, é interessante destacar também que o processo de feminização do mercado de trabalho parece estar se esgotando. Ao longo do período

aqui acompanhado, a taxa de atividade feminina oscilou muito pouco, tendo alcançado seu teto, 59%, em 2005, para depois, em 2011, cair a 56%. No último ano, esse valor foi de 57%, inferior ao do início da série. Se voltarmos a 1995, ou seja, vinte anos atrás, é possível perceber que a taxa de atividade para mulheres era de 54,3%, menos de 3 pontos percentuais em relação à taxa de 2014, o que parece indicar um limite de inserção das mulheres no mercado de trabalho. É preciso investigar mais a fundo o perfil das mulheres tidas como inativas, de modo a que se possa entender as barreiras que as separam do mercado de trabalho e para que as políticas desenvolvidas sejam mais efetivas, no sentido de reverter tão grande desigualdade.

Em 2004, 26,9% das mulheres chefes de família tinham em média de 1 a 4 anos de estudo; 22%, entre 5 e 8 e; 22,4%, entre 9 e 11. Já em 2013, houve uma mudança significativa, ficando em 20,4%, 21,7% e 28%, respectivamente.

Quando pensamos em cor, percebe-se que a maioria das mulheres se declara como pardas ou brancas, conforme gráfico 2 a seguir. Tanto em 2004 quanto em 2013, mais de 90% das mulheres se autodeclarou como brancas ou pardas, porém houve uma redução do número de mulheres que se declararam brancas, as quais eram 52%, em 2004, e 47%, em 2013.

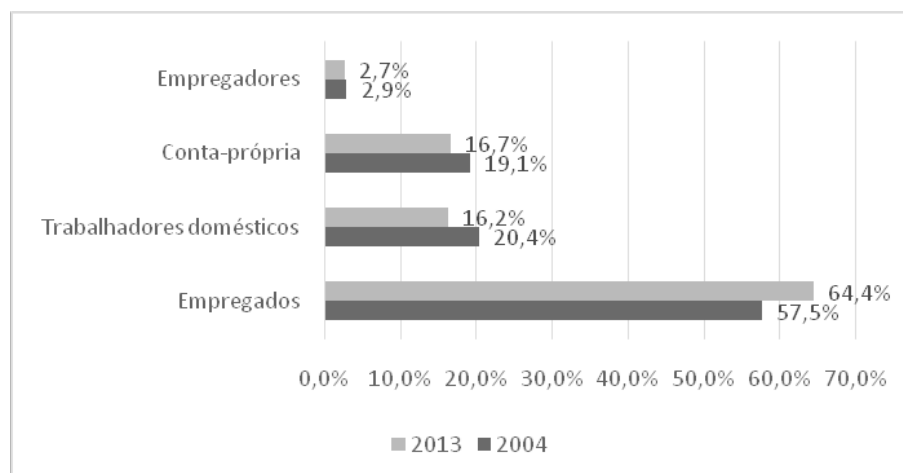
Gráfico 2 - Percentual de mulheres residentes por cor ou raça



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2013

A maioria dos estudos consideram, em suas análises, negras as mulheres que se declaram pardas ou negras. Se observarmos a proporção de Famílias Chefiadas por Mulheres, segundo Cor/Raça da Chefe de Família, vemos que a proporção da população era de 28,9% brancas; e 29,9%, negras, em 2004 e; 38,5% brancas e 39,5% negras, em 2013. Portanto, houve uma elevação de mais de 33% na proporção de mulheres brancas e de 32% de mulheres negras, chefiando famílias brasileiras. Vale ressaltar que a maioria das mulheres chefes de família concentra-se na região Nordeste do país.

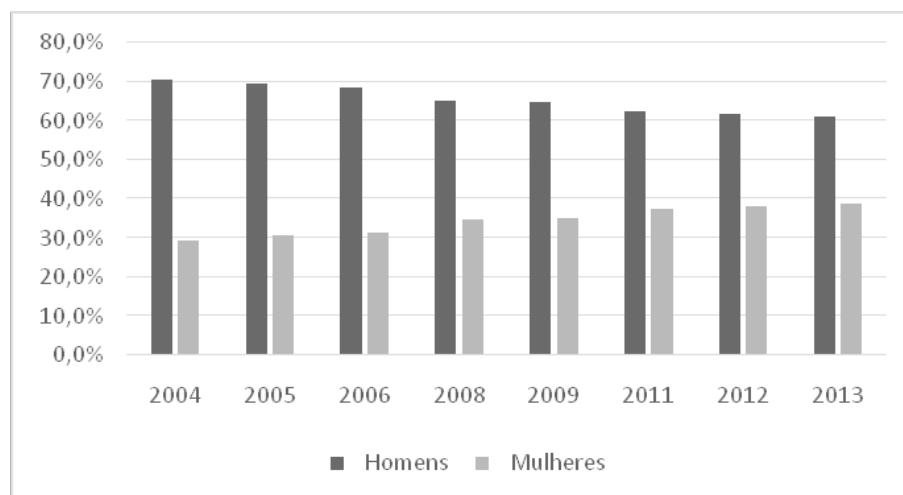
Gráfico 3 - Percentual de mulheres, ocupadas na semana de referência, e com rendimento no trabalho principal



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004 e 2013

Também se observam mudanças nas relações estabelecidas no interior dos arranjos familiares do tipo casal, com aumento da proporção de mulheres como pessoa de referência dessas famílias, entre 2004 e 2013. No caso dos núcleos formados por casal sem filhos, a proporção de mulheres como chefes de família passou de 6,6% para 19,4% e, no de casais com filhos, de 5,1% para 20,3%, corroborando assim com as ideias de Cardozo e Peretti (2010), porém esse não é um fenômeno contemporâneo, como já foi evidenciado por Del Priore (1994) e Cardozo e Peretti (2010).

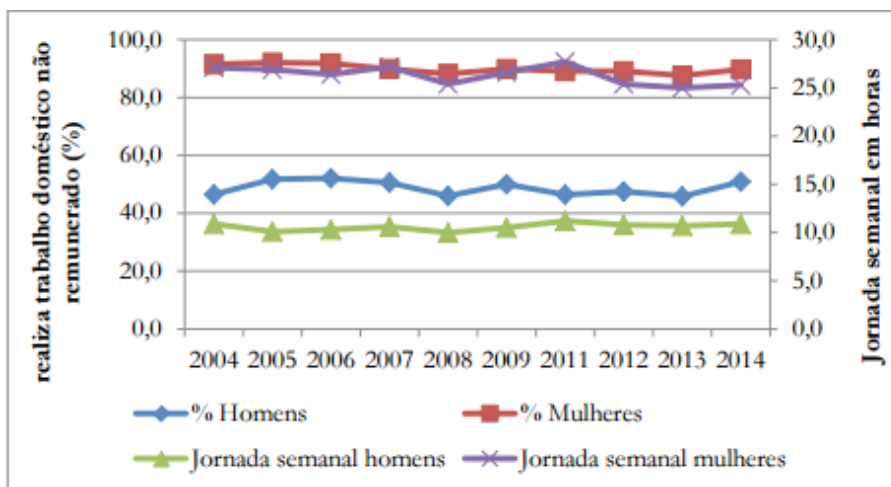
Gráfico 4 - Percentual de pessoas de referência por sexo



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

O gráfico 4 apresenta o percentual de homens e mulheres considerados chefes de família. Percebe-se que, nos últimos anos, o número de mulheres responsáveis pela família tem se elevado. No período de análise, a elevação foi de mais de 32%, enquanto a redução de homens foi de 13%, corroborando assim com o pensamento de Cardozo e Peretti (2010). Como era de se esperar, as mulheres têm se adequando ao perfil de chefes de família, reduzindo seu número de filhos e buscando empregos fixos.

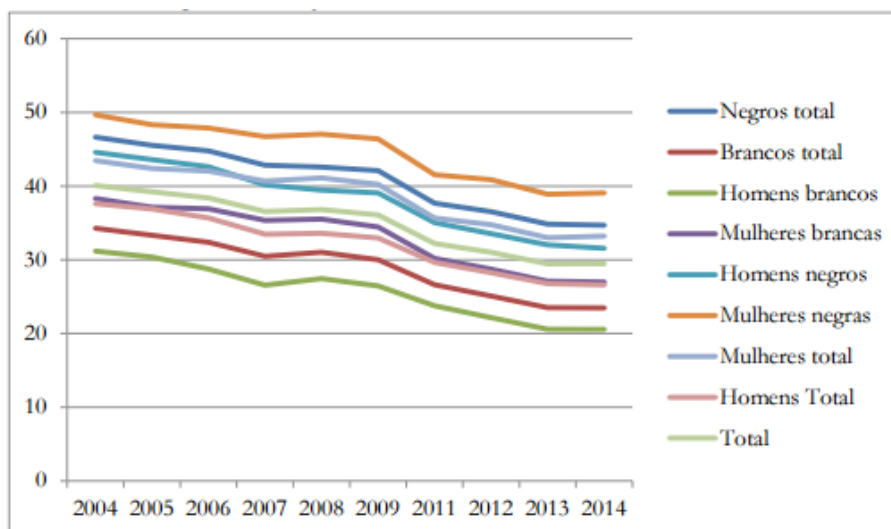
Gráfico 5 - Proporção da população que realiza afazeres domésticos e jornada média semanal dedicada aos afazeres domésticos. Brasil, 2004 a 2014



Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Nota-se que as diferenças de gênero são tão marcantes nesse campo que não importa a condição das mulheres. Elas sempre terão maiores taxas de participação e maiores jornadas em “afazeres domésticos”, como já apontado por Oliveira (1999), ou seja, as mulheres sempre vivenciaram uma dupla jornada bastante intensa e exaustiva, significativamente superior àquela experimentada pelos homens nas mesmas posições. E, mais interessante e revelador, essas mulheres sempre despenderão mais tempo nessas atividades do que os homens na posição “oposta”.

Gráfico 6 - Proporção de trabalhadores precarizados



Fonte: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Através da análise do gráfico 6, percebe-se que, mesmo diante uma conjuntura de crescimento econômico e de ampliação da “formalização” das relações de trabalho, não houve reversão do quadro de divisão sexual e racial do trabalho, pois parte significativa das mulheres que ingressaram no mundo

do trabalho nesse período tiveram nos contratos atípicos, na terceirização ou no autoempresariamento precário a sua principal via de acesso, fato já apresentado por Standing (2013) e Nogueira (2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse momento de mudanças nas relações sociais e culturais gerou reflexões dos papéis exercidos pelas mulheres nessa nova configuração familiar, na qual questionamentos surgiram a partir de como seria seu desempenho com tantas atribuições: esposa, mãe, filha provedora, profissional, responsável pelo orçamento doméstico. O mundo do trabalho é a dimensão mais importante da vida social, tanto do ponto de vista da produção de bens e serviços para as coletividades, como, também, do ponto de vista da autonomia econômica e de realização individual. Ocupando lugar central na organização de nossas sociedades, reproduz suas injustiças e desigualdades e gera e reforça outras tantas.

Dito isso, retomamos aqui a pergunta de pesquisa inicial: *Qual o perfil das mulheres chefes de família?* De forma sucinta, podemos dizer que a mulher chefe de família, hoje, possui algumas características peculiares. Em sua maioria, são pardas ou brancas, possuem poucos filhos, estão em regime de emprego formal, enfrentam jornada de trabalho dupla, ou seja, além da função exercida no trabalho, têm ainda que realizar as tarefas domésticas. Ressalta-se ainda que muitas mulheres, incluindo as chefes de famílias, encontram-se em trabalho precário.

Essa revisão levou à análise do papel da mãe e do pai, a responsabilidade dela como chefe de família, de dona de casa, da educadora, da profissional. Esses questionamentos mostraram a necessidade de rever o conceito de feminilidade e o de masculinidade, não aceitando mais o machismo em seus lares. Esse momento foi marcante na vida das mulheres por garantir sua emancipação político, histórico e social.

As mudanças na sociedade levaram a uma mudança profunda do perfil da mulher. Percebeu-se uma tendência elevada a mulher, cada vez mais, para assumir o papel de chefe da família. Percebeu-se também que o perfil da mulher se alterou e muito, nos últimos 10 anos. Atualmente, ela busca maiores níveis de escolaridade, empregos melhores, com melhores salários e, aparentemente, famílias menores, com menor número de filhos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M.L.A. **Filosofia da educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BAUMAN, Z.. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BILAC, Elisabete Dória. Mãe Certa, Pai Incerto: Da Construção Social à Normatização Jurídica da Paternidade e da Filiação. In: **XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1996.
- BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. In: **Revista Urutágua**. Nº 15 – abr./mai./jun./jul. 2008.
- CARDOZO, M. M.; PERETTI, R. M. P. **O desenvolvimento da família e a nova condição da mulher na sociedade capitalista**. Londrina, 2010. Texto disponível em: www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais.../4_marianacardoso.pdf data do acesso: 02/07/2015.
- DEL PRIORE, M. L. M. **Brasil Colonial**: um caso de famílias no feminino plural. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1994.
- FEITOSA, L. C. Gênero e sexualidade no mundo romano: a Antiguidade em nossos dias. História. In: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 48/49, p. 119-135, 2008.
- FONSECA, C.. Ser mulher, mãe e pobre. In: M. DEL PRIORE (Org.), **História das Mulheres no Brasil** (pp. 510-553) (3rd. ed.). São Paulo: Contexto. 2000.
- GIULANI, Paola Cappellin. *Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira*. In: DEL PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**: técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEAL José Carlos. **A maldição da mulher**. de Eva aos dias de hoje. São Paulo: DPL, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- MENDES, Mary Alves. Mulheres Chefes de Família: a complexidade e ambiguidade da questão. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Minas Gerais, 2002
- MORGAN D.H.J. **Social Theory and the Family**, Routledge and Kegan Paul. Londres, 1975.
- MUNDY, Liza. **O sexo mais rico**: como a nova geração de mulheres está transformando trabalho, amor e família. São Paulo: Paralela, 2013.
- NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. São Paulo: Editora Autores Associados 2004.

OLIVEIRA, Eleonora Manicucci. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT – BRASIL, 1999.

PACHECO, Ana Lucia Paes de Barros. **Mulheres pobres e chefes de família**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Significado da Escolarização para um Grupo de Catadores de um Lixão. In: **Cad. Pesqui.** vol.35 no.124 São Paulo Jan./Apr. 2005.

PHILLIPIS, B.S. **Pesquisa social: estratégias e táticas**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

RIBEIRO, Danielly. A.M.; MARIANO, Nívea. A.; LOPES, SANDRA.O.B. Família monoparental feminina: um olhar sobre as mulheres chefe de família referenciadas no cras de um município de pequeno porte. In: **Revista Saber acadêmico**, 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

STANDING, Guy. **O Precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.